

GUERRA DOS ROYALTIES

Estados protestam e Lula cede

A ministra Dilma Rousseff afirmou que o governo é a favor de pagar uma fatia maior para os estados produtores

UBERABA, MG

No dia em que os governadores de estados produtores se reuniram em defesa dos royalties do petróleo, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, afirmou que a posição do governo federal sobre a divisão dos royalties do pré-sal é a que está na constituição, ou seja, com uma fatia maior aos estados produtores e divisão do restante entre as demais unidades da Federação.

A pré-candidata voltou a admitir que o governo foi derrotado na votação do projeto na Câmara dos Deputados, cuja decisão foi encaminhada ao Senado, e prevê uma divisão igualitária dos royalties.

“Perdemos, mas vamos para um segundo momento, que é a decisão do Senado. O governo é a favor do diálogo, que cria consenso, e não posta no conflito, porque ninguém ganha”, disse Dilma.

Segundo a ministra, o governo já previa uma polêmica sobre a divisão dos royalties e avaliava não incluir o ponto em um projeto enviado ao Congresso. “Achávamos que não era bom colocar a questão neste ano porque é um ano mais difícil, mais delicado, e há o problema das eleições”, afirmou.

E emendou: “Como não teve jeito, procuramos uma forma que mantinha o papel dos estados, previsto na Constituição.”

FIM DA GUERRA

Circulou ontem a informação de que, apesar de exibir em público sua indignação, o governador Sérgio Cabral dizia, em conversas reservadas, que a guerra federativa em torno do petróleo já acabou.

Nos dias que antecederam à manifestação de ontem, Cabral teria recebido mais de um recado de Brasília informando que o Rio não irá perder um único centavo do dinheiro dos royalties. O recado mais importante partiu de um emissário de Lula, informando que o Presidente deve vetar a emenda se o Senado aprová-la.

Lula quer evitar dois pesos sobre seus ombros: ou o ônus imposto ao Rio ou o veto a um projeto que beneficiaria 24 estados não produtores de petróleo.

Na terça-feira, Cabral informou que o senador Jucá reconheceu que a emenda é “absurda”, pois avançou sobre receitas de campos de exploração já licitados. Três interlocutores que estiveram com o governador Cabral no início da semana ouviram dele que a guerra federativa praticamente acabou.

Apesar do otimismo de Cabral, os senadores da bancada capixaba dizem que a guerra continua e que não têm conhecimento sobre as respostas do governo ao Rio.



MANIFESTANTES protestaram contra o deputado Ibsen Pinheiro, autor da emenda que muda regras dos royalties

Protesto com funk e servidores

Servidores públicos e operários das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), transportados em ônibus alugados por prefeituras e pelo governo do Rio, foram o público principal da manifestação feita ontem, no centro da cidade, contra a Emenda Ibsen.

O governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), e dezenas de prefeitos do interior e da Região Metropolitana recorreram às máquinas públicas sob seu poder para garantir o quorum elevado na passeata.

Ao contrário do esperado, apesar de tanta mobilização não houve nenhum discurso durante o protesto contra a medida que tira recursos dos royalties de estados e municípios produtores de petró-



MANIFESTANTE na Cinelândia

leo. Apenas música, principalmente funk.

PARTICIPAÇÃO

Além de políticos, participaram do ato a apresentadora Xuxa, a atriz Letícia Spiller, o sambista Negoinho da Beija-Flor e a cantora Fernanda Abreu.

A assessoria de imprensa do governo do estado do Rio não informou quanto foi gasto na organização do protesto.

O forte temporal que caiu no fim da tarde, no entanto, atrapalhou a animação dos manifestantes.

Muitos deles preferiram se abrigar sob marquises e sequer chegaram à Cinelândia, ponto final da caminhada.

Cabral seguiu conselho de Hartung

O governador do Rio, Sérgio Cabral, disse que aceitou a sugestão do colega do Espírito Santo, Paulo Hartung, para que o comício não tivesse discursos. “O que importa é que milhares de pessoas vieram à (avenida) Rio Branco dizer não à covardia”, disse o governador.

Na Câmara, abrigadas da chuva, as autoridades tinham à disposição um bufê com salgadinhos e refrigerantes. Para reforçar o público na manifestação, as repartições públicas do Estado e das prefeituras tiveram ponto facultativo logo depois do almoço.

O metrô aumentou a circulação de trens, e a Barcas S.A. reservou uma embarcação para fazer gratuitamente a travessia Niterói-Rio. “Até agora não entendi nada, mas sei que é sobre petróleo”, disse um dos passageiros.

Pré-candidato do PV ao governo do Estado, o deputado Fernando



MAIS DE 80 MIL pessoas participaram do protesto contra a Emenda Ibsen

Gabeira aceitou o convite de Cabral, que é seu adversário político, mas ficou longe da área VIP, durante a passeata.

“Há os que defendem os royalties e os que defendem os royalties e querem transparência”, afirmou o deputado.

Serra entra na briga e condena emenda que revê partilha

SÃO PAULO

O governador de São Paulo, José Serra, pré-candidato à Presidência, condenou a emenda que redistribuiu recursos provenientes da exploração do petróleo no País.

Segundo o tucano, o projeto de autoria do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) é inaceitável porque, em sua opinião, pode arruinar economicamente o Rio e o Espírito Santo, inclusive dando margem ao fechamento de prefeituras.

“Acho uma preocupação correta ter os benefícios do petróleo (distribuídos) para todo o Brasil, mas acho que o projeto, do jeito que está, arruína o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. Portanto, é inaceitável nesses termos”, disse Serra, que pediu para que o projeto lhe fosse enviado de Brasília para tomar conhecimento de todos os detalhes da polêmica que o envolve:

“Não se pode fazer (a emenda) liquidando dois estados, porque mexe não só com o pré-sal do futuro. Antes se discutia o que ia acontecer com uma parte do pré-sal, o que iria ser explorado futuramente. O projeto agora alterou a distribuição atual, inclusive do petróleo na plataforma continental.”

SAIBA MAIS

O que são royalties?

> SÃO UMA compensação financeira que as empresas do setor de petróleo e gás precisam pagar para explorar e produzir em uma determinada região.

Por que os royalties são pagos?

> ELES FORAM criados para remunerar a sociedade pela exploração do petróleo e do gás natural, que são recursos escassos e não-renováveis

O que é participação especial?

> QUANDO o volume de óleo em um campo é muito grande ou tem perspectivas de grande rentabilidade, paga-se a participação especial em vez do royalty (singular de royalties).

Como é realizada a distribuição dos royalties atualmente?

> PELO MODELO ATUAL, as empresas que vencem a concessão para explorar a área do petróleo pagam royalties e participação especial.
> ESSES VALORES são divididos entre União, estados e municípios, direcionando percentuais maiores a aqueles que são produtores.
> O ATUAL MODELO de pagamento está em vigor desde o ano de 1998, quando passou a vigorar a Lei do Petróleo (veja infográfico com detalhes na página 31).

AGÊNCIA ESTADO



OS GOVERNADORES Sérgio Cabral e Paulo Hartung comandaram o protesto ontem no Rio de Janeiro

GUERRA DOS ROYALTIES

Governadores do Nordeste dão apoio

Paulo Hartung e Cabral não discursaram, mas ganharam aliados da base do governo na disputa pela verba dos royalties

RIO

Os governadores Sérgio Cabral e Paulo Hartung, que saíram de braços dados ontem no Rio em defesa dos royalties do petróleo para seus estados, ganharam apoio de colegas do Nordeste e aliados do governo federal.

A proposta de jogar para a União a responsabilidade de ressarcir o Rio e o Espírito Santo por conta da nova divisão de royalties ganhou o apoio dos governadores Eduardo Campos (Pernambuco) e Cid Gomes (Ceará), ambos do PSB, partido da base aliada do governo.

Representantes de estados que serão beneficiados com a manutenção da regra aprovada na Câmara na semana passada, os dois governadores se reuniram com lideranças do Senado para defender que a divisão igualitária dos recursos dos royalties do petróleo, essência da emenda aprovada pelos deputados, deve ser mantida.

“O que precisamos negociar agora é uma regra de transição que possa atender ao Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo”, acrescentou Campos, após encontro com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP).

A medida será apresentada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) como emenda ao projeto que estabelece o modelo de partilha de produção no pré-sal, assim que a proposta começar a ser analisada no Senado.

DANÇA

Durante a manifestação de on-

tem, o governador Paulo Hartung, assim como os demais políticos, trocou o discurso pela dança, mesmo embaixo de chuva.

A ação, sugerida por Hartung, foi aceita pelos organizadores do evento que delegaram a classe artística o papel de convencer e mobilizar a população e os demais municípios brasileiros de que redistribuição dos royalties, como foi proposta pelo deputado federal Ibsen Pinheiro, é desigual com os estados produtores.

O governador, ao lado de outras autoridades, percorreu a avenida Rio Branco até a Cinelândia e dançou no palco montando no local, onde aconteceram diversos shows.

Por causa da chuva e do suor, que molharam a camisa e o terno de Hartung, o governador foi apresentado pelo presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes), Gilson Amaro, com uma camisa.

Servidor da Assembleia protesta

Os servidores da Assembleia Legislativa do Estado se manifestaram contra a emenda que muda a distribuição dos royalties. Num ato simbólico, servidores da Casa e três dos 30 deputados que compõem o Legislativo, Luzia Toledo, Claudio Vereza e Euclério Sampaio deram um abraço no Palácio Domingos Martins, sede da Ales.

Os participantes estenderam uma faixa preta na escadaria em frente à entrada do prédio e usaram tarjas pretas nas roupas.

A intenção é reunir boa fatia da sociedade para se manifestar.



GUERINO: investimentos

OAB vai apresentar relatório na segunda

Para engrossar o coro da inconstitucionalidade da Emenda Ibsen, um grupo de advogados da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB-ES) convidou empresários, políticos e entidades de classe para uma reunião na próxima segunda.

O encontro, que está marcado para às 16 horas, na sede da OAB-ES, está sendo promovido pela Comissão Especial de Análise do Projeto de Lei do Marco Regulatório do Pré-Sal da seccional capixaba da OAB.

O objetivo da reunião, de acordo com o advogado e presidente da comissão, Luiz Cláudio Allemand, é apresentar um relatório feito pela comissão para mostrar os pontos de inconstitucionalidade da emenda e abrir a discussão com os empresários capixabas.

“A emenda já foi aprovada na Câmara e segue em regime de urgência para o Senado. Temos pouco tempo para nos articular, por isso convocamos essa reunião extraordinária e estamos convidando os nossos políticos e empresários para juntos buscarmos uma saída para o assunto”, disse Allemand.

Hoje, a assessoria da Ordem entrará em contato com os se-

nadores e deputados federais da bancada capixaba, além de entidades como Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fides), Conselho Regional de Contabilidade (CRC), Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Espírito Santo (Crea-ES) entre outras, para confirmar a presença.

O deputado federal Lelo Coimbra foi o único que já garantiu a participação.

GUSTAVO FORATTINI - 15/12/2009



ALLEMAND: articulação

Dinheiro para projetos

Investimentos em obras de infraestrutura, equipamentos e maquinários. Essa é a finalidade do dinheiro que os municípios capixabas recebem com os royalties do petróleo, e que estão ameaçados com a Emenda Ibsen, que altera a maneira de distribuição dos recursos.

Daí a preocupação dos prefeitos capixabas, pois havendo a sanção da emenda, muitos projetos, como a construção de casas populares, obras de saneamento, de pavimentação, construção de novas escolas terão de ser revistos em função da falta de recursos.

Por lei, as compensações financeiras recebidas pelas cidades não podem ser usadas para custeio da máquina pública, como pagamento de salários, alimentação e combustível.

Além dessas destinações, no

Estado também existem duas leis que tratam da distribuição dos recursos dos royalties: o Fundo Estado de Recursos Hídricos (Fundágua) e o Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais.

PARTILHA

No primeiro caso, o Estado reserva uma fatia da sua receita dos royalties para realizar o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) aos produtores rurais que buscam alternativas para proteger o meio ambiente.

Já no segundo, o Fundo para a Redução das Desigualdades Regionais, o governo estadual repassa 30% do valor dos seus royalties para os municípios capixabas não produtores e para aqueles que recebem um valor irrisório da União como forma de compensação.

Deputado recebe ligação

O projeto do deputado federal Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que muda a forma de distribuição dos recursos dos royalties, está criando muita polêmica.

Pela emenda, os royalties do petróleo serão divididos igualmente entre os estados, sejam eles produtores ou não.

Os cidadãos que tiverem interesse em conhecer os argumentos do deputado em relação ao projeto que tira dos estados produtores um direito adquirido, devem entrar em contato

com o gabinete do parlamentar, por telefone ou ainda através do seu e-mail, pelos contatos que A Tribuna publica hoje.

SAIBA MAIS

Fale com o deputado

- > NOME: Ibsen Pinheiro (PMDB)
- > TELEFONE do gabinete: (61) 3215-5968.
- > E-MAIL do deputado: dep.ibsen-pinheiro@camara.gov.br.

continua

A110-801-3

Economia

GUERRA DOS ROYALTIES

Casas populares ficam no papel

Municípios do Estado preveem corte de obras e investimentos se a emenda que muda as regras dos royalties não for revista

Nathália Esteves

Construção de casas populares, obras de saneamento básico e de pavimentação. Com a proposta que muda a forma de distribuição dos royalties, muitos projetos das prefeituras capixabas podem deixar de existir.

Em Itapemirim, por exemplo, uma obra de saneamento básico para a construção de redes de tratamento e coleta de esgoto, que está sendo realizada nos bairros de Itaoca e Itaipava, orçada em R\$ 9 milhões, cujos benefícios chegariam a 13 mil pessoas, pode ser paralisada pela falta de recursos.

“Fizemos um empréstimo de antecipação de crédito junto à Caixa Econômica Federal (CEF) para realizar a obra contando com os recursos dos royalties, mas agora corremos o risco de não ter condições de arcar com os gastos e ter de paralisar as obras”, explicou o secretário do município, Eder Bo-

telho da Fonseca. Já em Anchieta, o prefeito Edival Petri lembrou que a aprovação da emenda pode significar perdas na ordem de R\$ 3 milhões. “Com a ausência do dinheiro, teríamos de diminuir nossos investimentos em infraestrutura como a pavimentação de ruas”, disse.

Impacto profundo

O País entra em clima de guerra em disputa por riquezas do petróleo

COMO COMEÇOU O CONFLITO?

Desde que a Petrobras confirmou, em 2008, a existência da gigantesca reserva de petróleo abaixo da camada de sal sob as bacias de Campos, Santos e do Espírito Santo, o governo decidiu suspender os leilões dos blocos e lançar um novo marco regulatório do setor - o primeiro marco regulatório foi em 1997 (Lei do Petróleo).

PROJETOS DE LEI

Para esse novo marco, a Casa Civil enviou quatro projetos de lei ao Congresso: abertura de estatal, criação de fundo social, capitalização da Petrobras e mudança do regime de concessão para o de partilha - que dava mais poderes à União.

PROPRIEDADE

Na concessão, as empresas exploram o petróleo nos blocos por determinado tempo e são donas da produção. Na partilha, a União é proprietária da produção, em sociedade com as empresas. O governo federal fica com 45% do lucro bruto dos campos.

DISTRIBUIÇÃO

Nenhum projeto do governo tratava de royalties, mas os deputados federais Ibsen Pinheiro (PMDB/RS) e Humberto Souto (PPS/MG) apresentaram uma emenda que modifica a forma de distribuição dos royalties e da participação especial sobre a produção de petróleo para União, estados e municípios produtores não só no pré-sal, como também no pós-sal.

IMPACTO

A regra aprovada no Congresso Nacional por deputados altera os repasses dos contratos de produção de petróleo que estão em vigor. Assim, prefeituras e estados produtores deixam de ter direito aos royalties já no ano que vem, sofrendo impacto imediato da medida. Deputados adotaram os critérios dos fundos de Participação de Estados e Municípios, válidos para repasse de impostos, como se royalties fossem tributos.

COMPENSAÇÃO

A Constituição Federal estabelece que royalties e participação especial são compensações para as áreas que sofrem com a atividade de exploração do petróleo, para investimentos em infraestrutura e projetos de fomento à economia no futuro, quando não houver mais petróleo na região.

Com a aprovação, arrecadação total do Espírito Santo cairia de **R\$ 337.852.139**



Para **R\$ 125.660.022**

DICIONÁRIO

Emenda

> **QUALQUER** alteração em lei existente. Pode ser proposta por qualquer deputado. A Emenda Ibsen, apresentada pelo deputado gaúcho Ibsen Pinheiro, altera o projeto de lei (substitutivo) relatado pelo deputado federal Henrique Eduardo Alves, que modificava a Lei do Petróleo.

Lei do Petróleo

> **TAMBÉM** chamada de marco regulatório. Criada em 1997, definia quanto cada estado e município teria direito na partilha da arrecadação gerada pela exploração do petróleo.

Royalties

> **COMPENSAÇÃO** financeira devida pelas empresas produtoras de petróleo e gás natural no território brasileiro. São distribuídos a estados, municípios, comando da Marinha, Ministério da Ciência e Tecnologia e ao fundo especial administrado pelo Ministério da Fazenda. É distribuído segundo critérios definidos em legislação específica.

Participação Especial

> **EXTINTA** pelos projetos enviados pela União ao Congresso. É compensação financeira extraordinária para campos de grande volume de produção e pela ocupação ou retenção de área. Em 2009, o governo federal e a prefeitura do Rio receberam, respectivamente, R\$ 3 bilhões e R\$ 802 milhões - total de R\$ 3,8 bilhões.

Divisão de royalties

LEI DO PETRÓLEO (ATUAL)

Estados produtores	26,25%
Municípios produtores	26,25%
Município com instalações	8,75%
União	30%
Fundo Especial	8,75%

MARCO REGULATÓRIO (EMENDA IBSSEN)

Todos os estados	35%
Todos os municípios	35%
Municípios com instalações	0%
União	30%
Fundo Especial	0%

Participação Especial

LEI DO PETRÓLEO (ATUAL)

Estados produtores	40%
Municípios produtores	10%
União	50%

MARCO REGULATÓRIO (EMENDA IBSSEN)

Todos os estados	25%
Todos os municípios	25%
União	50%

Quem ganha e quem perde com a Emenda Ibsen?

Ganham

ESTADO	ARRECADAÇÃO HOJE	PASSA A RECEBER
Rio Grande do Sul	R\$ 89.752.558	R\$ 427.433.548
São Paulo	R\$ 267.445.690	R\$ 830.453.669

Perdem

ESTADO	ARRECADAÇÃO HOJE	PASSA A RECEBER
Espírito Santo	R\$ 337.852.139	R\$ 125.660.022
Rio de Janeiro	R\$ 3.940.103.950	R\$ 185.006.816